

**CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.  
COMPANHIA ABERTA  
CNPJ 06.981.176/0001-58 – NIRE 31300020550**

**ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO**

Fica a acionista Companhia Energética de Minas Gerais convocada para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 30 de abril de 2015, às 17 horas, na Av. Barbacena, 1200, 12º andar, ala B1, em Belo Horizonte-MG, a fim de deliberar-se sobre as seguintes matérias:

- a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como dos respectivos documentos complementares;
- b) destinação do Lucro Líquido do exercício de 2014, no montante de R\$2.088.965 mil, e do saldo de Lucros Acumulados no montante de R\$59.797 mil;
- c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos intermediários e dos juros sobre o capital próprio, no montante de R\$1.170.367 mil;
- d) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato;
- e) alteração na composição do Conselho de Administração, se alterada a composição do Conselho de Administração da Cemig.

Belo Horizonte 26 de março de 2015.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva  
Presidente do Conselho de Administração

**PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE ATÉ 30 DE ABRIL DE 2015.**

À Acionista Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig:

O Conselho de Administração da Cemig Geração e Transmissão S.A.:

Considerando:

- a) o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, e os artigos 20 a 24 do Estatuto Social, bem como as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, com apresentação de Lucro Líquido de R\$2.088.965 mil e saldo de Lucros Acumulados de R\$59.797 mil, decorrente de realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial, compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia;
- b) que a Deliberação CVM 207/1996 estabelece que os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados somente poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do Imposto de Renda na Fonte;

vem propor que, ao Lucro Líquido do exercício de 2014, no montante de R\$2.088.965 mil, e do saldo de Lucros Acumulados no montante de R\$59.797 mil, seja dada a seguinte destinação:

- a) R\$1.170.367 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos, sendo:

1- R\$140.367 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, conforme CRCA-132/2014, de 12-12-2014, e CRD-652/2014, de 17-12-2014, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30-06-2015 e a segunda até 30-12-2015, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 17-12-2014, cabendo a Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e efetuar a imputação dos juros sobre capital próprio ao dividendo mínimo obrigatório; e,

2- R\$1.030.000 mil na forma de dividendos intermediários, conforme CRCA-095/2014, de 26-09-2014, a título de antecipação parcial do dividendo obrigatório de 2014, com base no lucro apurado nas Demonstrações Financeiras em 30-06-2014, com pagamento até 30-12-2014, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas em 25-09-2014;

- b) R\$104.448 mil, relativos a 5% do Lucro Líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social;
- c) R\$850.049 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2015, conforme orçamento de capital; e,

d) R\$ 23.898 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2014 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

O Anexo 1 resume o cálculo dos dividendos propostos pela Administração, em conformidade com o Estatuto Social.

O Anexo 2 apresenta o Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2015.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses da acionista e da Empresa, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pela acionista.

Belo Horizonte, 26 de março de 2015.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco

Mauro Borges Lemos

Paulo Roberto Reckziegel Guedes

Allan Kardec de Melo Ferreira

Saulo Alves Pereira Junior

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz

Carlos Fernando da Silveira Vianna

Guy Maria Villela Paschoal

Newton Brandão Ferraz Ramos

Helvécio Miranda Magalhães Junior

Tarcísio Augusto Carneiro

José Pais Rangel

Ana Sílvia Corso Matte

Marco Antônio de Rezende Teixeira

Bruno Magalhães Menicucci

## Índice

Anexo 1 - Demonstrativo do cálculo dos dividendos propostos

Anexo 2 – Orçamento de Capital

Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta

Anexo 4 - Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras

Anexo 5 – Parecer dos Auditores Independentes

Anexo 6 - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia - item 10 do Formulário de Referência - art. 9º, III da ICVM 481/09

Anexo 7 – Eleição de membros do CA e CF – art. 10 da ICVM 481/09



Gerção e Transmissõ S.A.

**ANEXO 1 À PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2014 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR ATÉ 30-04-2015.**

**DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS  
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A**

	<b>31-12-2014</b>
	<b>R\$ mil</b>
<b>Dividendos Obrigatórios</b>	
Lucro Líquido do Exercício	2.088.965
Dividendos ordinários – 50% do lucro	1.044.483
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	21.055
	<u>1.065.538</u>
<b>Dividendos Propostos-</b>	
Juros sobre Capital Próprio	140.367
Dividendos intermediários	1.030.000
Total	<u>1.170.367</u>
<b>Dividendos por ação - R\$</b>	
Dividendos Obrigatórios Estatutários	0,37
Dividendos Propostos	<u>0,40</u>

## ANEXO 2

### ORÇAMENTO DE CAPITAL

#### PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA ATÉ 30 DE ABRIL DE 2015

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônima e do artigo 25, § 1, inciso IV da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2015, da proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2015, em milhares de Reais.

**Aplicações:**

Investimentos planejados para 2015 997.597

**Origens/Fontes de Financiamento:**

Recursos próprios 997.597

Leonardo George de Magalhães  
Superintendente de Controladoria – CR

09-03-2015

### Anexo 3

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 30-04-2015, referente à destinação do lucro líquido do exercício de 2014, no montante de R\$2.088.965 mil, e do saldo de Lucros Acumulados de R\$59.797 mil, conforme a seguir: a) R\$1.170.367 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos, sendo: 1- R\$140.367 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, conforme CRCA-132/2014, de 12-12-2014, e CRD-652/2014, de 17-12-2014, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30-06-2015 e a segunda até 30-12-2015, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 17-12-2014, cabendo a Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e efetuar a imputação dos juros sobre capital próprio ao dividendo mínimo obrigatório; e, 2- R\$1.030.000 mil na forma de dividendos intermediários, conforme CRCA-095/2014, de 26-09-2014, a título de antecipação parcial do dividendo obrigatório de 2014, com base no lucro apurado nas Demonstrações Financeiras em 30-06-2014, com pagamento até 30-12-2014, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas em 25-09-2014; b) R\$104.448 mil, relativos a 5% do Lucro Líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social; c) R\$850.049 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2015, conforme orçamento de capital; e, d) R\$23.898 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2014 em função dos investimentos realizados na região da Sudene. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, os membros do Conselho Fiscal opinaram favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 26 de março de 2015.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond  
Bruno Gonçalves Siqueira  
Lauro Sander  
Luiz Guaritá Neto  
Thales de Souza Ramos Filho  
Aliomar Silva Lima

## Anexo 4



### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31-12-2014, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 30-04-2015.

Belo Horizonte, 26 de março de 2015.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond  
Bruno Gonçalves Siqueira  
Lauro Sander  
Luiz Guaritá Neto  
Thales de Souza Ramos Filho  
Aliomar Silva Lima



## **Anexo 5**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Cemig Geração e Transmissão S.A.  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

### **Ênfase**

#### *Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão*

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e 14 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará (“UHE Jaguará”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguará e UHE São Simão, respectivamente. A referidas liminares asseguram que a Companhia permanecerá no controle da UHE Jaguará e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedido, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. Com base nos termos das liminares anteriormente mencionadas, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará, e passará, a partir de janeiro de 2015, a registrar as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE São Simão em suas demonstrações financeiras, considerando que permanece no controle das referidas usinas. As presentes decisões têm caráter preliminar não representando, ainda, as decisões do mérito das ações propostas que deverão ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 26 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez  
Contador  
CRC-1SP 218.398/O-1 T/MG

## Anexo 6

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2014 foi marcado pelo baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o que pressionou o custo da energia no mercado atacadista e a geração de caixa das empresas geradoras, tendo em vista que a redução no fator de geração provocou uma menor geração de caixa, principalmente no segundo semestre de 2014.

Entretanto, merece destaque a estratégia de comercialização e prudência na negociação e comprometimento de contratos, que permitiu à Cemig Geração e Transmissão apresentar, no exercício de 2014, um lucro líquido de R\$2.089 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.811 milhões no exercício de 2013, um crescimento de 15,35%.

Merece destaque também a aliança de ativos de geração que fizemos com a Vale S.A., criando uma nova empresa, a Aliança Geração de Energia S.A., que já nascerá com ativos combinados superiores a R\$4,5 bilhões, com 45% de participação da Cemig GT, e início das atividades a partir de março de 2015. Com essa associação, elevamos o potencial de gerar novos negócios e maximizar resultados na área de geração de energia, em virtude da combinação das experiências em gestão operacional, financeira e de projetos.

No que se refere à nossa estrutura de endividamento, temos uma parcela importante da nossa dívida vencendo em 2015, mas já estamos em entendimentos com os agentes financiadores para captação de recursos que nos permitirão a rolagem dessa dívida em 2015 de forma estruturada. Merece destacar que a nossa geração de caixa é muito significativa em relação ao total do endividamento, apontando um índice dívida/Lajida inferior a 2, o que dá tranquilidade a Companhia na gestão do seu endividamento.

No ambiente regulatório, claramente a prioridade maior no curto prazo é abordar de maneira adequada a discussão sobre a extensão dos contratos de concessão das Usinas de Jaguará, São Simão e Miranda. As dificuldades são muitas, porém buscamos a melhor solução para a disputa judicial através de negociação com o Governo Federal.

Além dos desafios inerentes à Companhia, teremos que lidar em 2015 com as questões que envolvem o baixo nível dos reservatórios das usinas, em função do reduzido volume de chuvas observado desde o final de 2013.

Nesse cenário, o regime de chuvas nos próximos meses em relação às médias históricas será fator determinante para a política energética do País e os preços de energia para o curto e médio prazo.

Finalizando, apesar de todos os desafios e complexidades do setor elétrico, temos confiança no futuro, e contamos com o apoio dos nossos colaboradores e dos nossos acionistas para que a Cemig continue a ser reconhecida como a melhor energia do Brasil.

**b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2014, por um endividamento de R\$ 7.036,70 milhões, sendo 41% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 59% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2013, a estrutura de capital da Companhia era representada por um endividamento de R\$4,1 bilhões, sendo 27% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 73% representado por dívidas de longo prazo e em 31 de dezembro de 2012, por um endividamento de R\$4,7 bilhões, sendo 31% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 69% representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento da dívida da Companhia no passivo circulante, por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“waiver”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de covenant ocorrida (waiver foi obtido em 14 de março de 2012). Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). Entendemos como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 3.486,61 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 6.135,11 milhões. Em 31 de dezembro de 2013 era de R\$3.815 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 2.404,032. milhões. Já em 31 de dezembro de 2012, era de R\$5.306 milhões e de R\$3.660,86 4 milhões, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis razoáveis, sendo 64% em 31 de dezembro de 2014, 39% em 31 de dezembro de 2013 e 41% em 31 de dezembro de 2012.

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

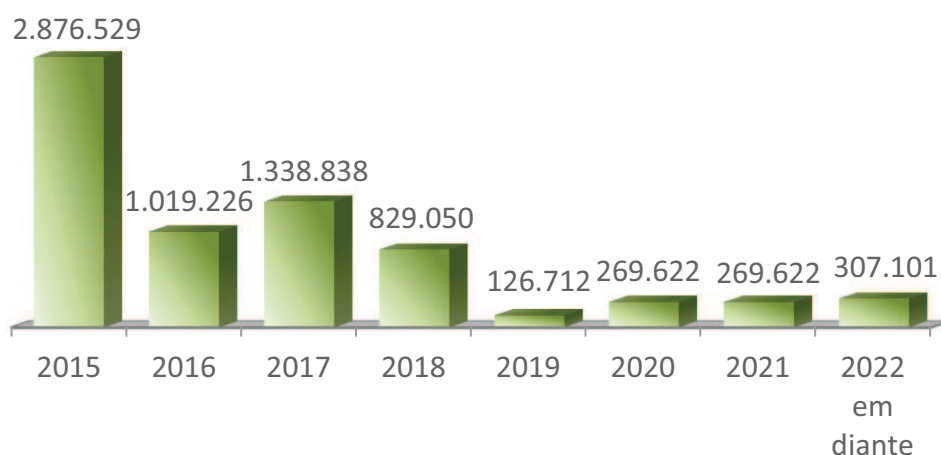
### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, que alcançou, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 4.035,00 milhões, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$2.960 milhões, e em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$3.240 milhões.

O caixa da Companhia era de R\$ 290,55 milhões em 31 de dezembro de 2014, R\$1.107 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 509 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Como a dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa e TVM) era de R\$ 6.135,11 milhões em 31 de dezembro de 2014, R\$ 2.404,03 milhões em 2013 e R\$ 3.660,86 milhões em 2012, isto indica que cerca de 1,74 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor em 2014 e 1,38 ano de geração de caixa operacional (LAJIDA) seria suficiente para quitar o saldo devedor em 2013. Em 2012, a geração de caixa operacional (LAJIDA) de 1,44 anos quitaria o saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$7.036,70 milhões está não está alongada, com 74,39% vencendo em 3 anos e com prazo médio de 2,7 anos,:



Saldo da dívida em Milhões de reais

Entretanto, os Diretores da Companhia entendem que há plenas condições da Companhia refinanciar sua dívida de curto prazo, uma vez que tem sido bem sucedida em acessar o mercado

de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

- 4ª emissão de Notas Promissórias, em 13 de janeiro de 2012, no valor de R\$1.000 milhões destinados à rolagem da 1ª série da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia;
- 3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2012, no valor de R\$1.350 milhões, destinados ao pré-pagamento da 4ª emissão de Notas Promissórias e ao reforço de capital de giro.
- 4ª emissão de Debêntures simples, em 23/12/2013, no valor de R\$ 500 milhões, destinados à recomposição do caixa da empresa, em razão do pagamento de suas dívidas (a liquidação financeira das Debêntures ocorreu em 30/01/2014).
- 5ª emissão de notas promissórias, em 27/06/2014, no valor de R\$ 1.400 milhões, destinados ao pagamento de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano.
- 5ª emissão de debêntures simples, em 10/12/2014, no valor de R\$ 1.400 milhões, destinados ao pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição do caixa por investimentos realizados em 2014.

O passivo circulante era de R\$ 3.472 milhões em 31 de dezembro de 2014, R\$2.521 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$2.390 milhões em 31 de dezembro de 2012. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos e dividendos a serem pagos ao acionista controlador.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem capacidade de não somente pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e, também, garantir os seus investimentos e aquisições futuras.



#### **d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Em janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, 23 de dezembro de 2013, totalizando R\$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de três anos a contar da data de emissão, com vencimento em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação da Cemig GT, conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em junho de 2014, a Companhia concluiu a 5ª emissão pública de notas promissórias comerciais, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 27 de junho de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano. A 5ª emissão pública de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG.

Em dezembro de 2014, a Companhia concluiu a 5ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 140.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014. A 5ª emissão pública de debêntures da Companhia conta com garantia fidejussória de sua controladora, a CEMIG.

Em 2013, a Companhia prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$600 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário. Além disso, ela concluiu em 30/01/2014 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$500 milhões, com vencimento em uma única parcela em dezembro de 2016 e custo de CDI + 0,85% a.a., cujos recursos foram utilizados para a recomposição de caixa em função de pagamentos de dívidas realizados.

Em 2012, a Companhia prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito contratadas com o Banco do Brasil S.A., conforme segue: (i) operações contratadas em 2006 e com vencimento final após 2012, postergando a parcela de 2012 para 2013, no valor global de R\$ 300 milhões, mantendo-se os demais vencimentos, com encargos financeiros de 104,1% do CDI; (ii) operações com vencimento final em 2012, no valor total de R\$ 442 milhões, postergando o vencimento da última parcela em 5 anos, com pagamentos em 2015, 2016 e 2017, cujos encargos financeiros foram 108% do CDI, calculados a partir da celebração dos aditivos aos contratos. Em ambas as operações, a CEMIG manteve a coobrigação e a Companhia manteve a faculdade de, a seu critério, pré-pagar a dívida sem incidência de custos adicionais.

Em março de 2012, a Companhia concluiu a sua terceira emissão pública de debêntures simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1 milhão, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. Foram emitidas 480.000 debêntures da primeira série, 200.000 debêntures da segunda série e 670.000 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de cinco anos, sete anos e dez anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de taxa equivalente a 0,90%, e as debêntures da segunda e da terceira séries têm seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA e fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 6,00% ao ano e 6,20% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com garantia fidejussória da sua controladora, a Cemig, e foi a primeira emissão de debêntures a ser realizada no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa regulado pela ANBIMA, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma subsidiária integral CEMIG, uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da

Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados;
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao Índice Geral do Mercado IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge não represente risco financeiro material para a Companhia.
- Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG. A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: dívida / EBITDA menor ou igual a dois e dívida líquida / (patrimônio líquido + dívida líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar

se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da transmissão.

#### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 7.037 milhões, sendo R\$ 6.135 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$4,1 bilhões, sendo R\$ 2,4 bilhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$4,7 bilhões, sendo R\$3,7 bilhões a dívida líquida.

O custo médio da dívida da Companhia tem aumentado ao longo dos anos (7,66% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2014, 6,17% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2013, e 5,14% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2012), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”), porém, mantendo-se em níveis satisfatórios. Em 31 de dezembro de 2014, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: Índice de Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”) (23% do total), CDI (75% do total), e outros (2% do total).

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

	2014	2013	2012
Endividamento do Patrimônio Líquido	2,02	1,07	0,88
Dívida Líquida / EBITDA	1,52	0,81	1,13
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	64%	39%	41%

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido

(2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa menos TVM.

#### i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 (valores expressos em mil):

	2014	2013	2012
--	------	------	------

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
KFW	2024	1,78	EURO	554	9.972	10.526	-	
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>554</b>	<b>9.972</b>	<b>10.526</b>	<b>-</b>	
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70					-	22.848
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	-					31.629
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10 do CDI	R\$	558.828	360.000	918.828	915.693	911.432
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70					-	43.068
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70					-	793
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.909	80.758	88.667	96.303	103.955
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	500	34.677
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70					-	1.003
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50					-	12.998
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70					-	7.593
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70					-	46.006
Nota Promissória – 5ª emissão	2015	106,85 do CDI	R\$	1.483.984	-	1.483.984	-	-
FINEP	2018	TJLP + 5,00 e TJLP + 2,50	R\$	3.474	8.621	12.095	13.271	18.686
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00 do CDI	R\$	155.670	294.899	450.569	449.124	447.250
Consórcio Pipoca (3)	2015	IPCA	R\$	185	-	185	185	186
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>2.210.050</b>	<b>744.278</b>	<b>2.954.328</b>	<b>1.475.076</b>	<b>1.682.124</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>2.210.604</b>	<b>754.250</b>	<b>2.964.854</b>	<b>1.475.076</b>	<b>1.682.124</b>
<b>Debêntures</b>								
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (2)	2031	IGP-M	R\$	-	-	-	59.352	52.758
Debêntures (1) – 2ª série - 2ª Emissão	2015	IPCA + 7,68	R\$	554.158	-	554.158	1.024.686	1.444.590
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90	R\$	49.360	479.506	528.866	518.318	517.396
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00	R\$	12.302	235.970	248.272	233.127	220.211
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20	R\$	42.597	790.445	833.042	782.247	738.884
Debêntures (1) – 1ª série – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85	R\$	1.172	500.000	501.172	-	-
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	CDI + 0,70	R\$	6.336	1.400.000	1.406.336	-	-
<b>Total de Debêntures</b>				<b>665.925</b>	<b>3.405.921</b>	<b>4.071.846</b>	<b>2.617.730</b>	<b>2.973.839</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>2.876.529</b>	<b>4.160.171</b>	<b>7.036.700</b>	<b>4.092.806</b>	<b>4.655.963</b>

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.  
(2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.  
(3) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2014 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2014, era superior a R\$ 50 milhões):

#### I. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591, no valor de R\$152,5 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da Companhia vencida naquele

mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% para 109,80% da variação do CDI. Em outubro de 2012, foi prorrogado novamente a data de vencimento para outubro de 2017 com taxa de juros de 108% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 103,85 milhões.

## II. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592, no valor de R\$428,4 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. Em outubro de 2012, foi prorrogado novamente a data de vencimento para outubro de 2017 com taxa de juros de 108% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 291,31 milhões.

## III. Contrato de Abertura de Crédito nº 08.2.1074.1

Em março de 2009, a Companhia celebrou com o BNDES, um contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 122 milhões, com a finalidade de implantar a UHE Baguari. O contrato teve como intervenientes a CEMIG e a Baguari Energia S.A. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,34% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente durante o período de amortização, que será realizada em 192 parcelas mensais, sendo que o pagamento da primeira parcela ocorreu em agosto de 2010. O vencimento final do contrato será em julho de 2026 e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 88,67 milhões.

## IV- Terceira emissão de debêntures simples

Em março de 2012, a Companhia concluiu a terceira emissão pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da quarta emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1 milhão, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.610,18 milhões.

#### V- Quarta emissão de debêntures simples

Em janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, 23 de dezembro de 2013, totalizando R\$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de três anos a contar da data de emissão, com vencimento em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação da Cemig GT, conta com o aval da sua controladora, a CEMIG. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 501,17 Milhões

#### VI – Quinta emissão de notas promissórias

Em junho de 2014, a Companhia concluiu a 5ª emissão pública de notas promissórias comerciais, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 27 de junho de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano. A 5ª emissão pública de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG. O saldo devedor das notas promissórias, em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.483,98 milhões.

#### VII – Quinta emissão de debêntures simples

Em dezembro de 2014, a Companhia concluiu a 5ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 140.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014. A 5ª emissão pública de debêntures da Companhia conta com garantia fidejussória de sua controladora, a CEMIG. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2014 era de R\$1.406,34 milhões.

#### **ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não existem outras relações de longo prazo entre a Companhia e suas Controladas e instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

#### **iii . grau de subordinação entre as dívidas**

Cerca de 92% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da CEMIG e cerca de 0,17% da dívida são garantidos por recebíveis da controladora.

**iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

A Cemig GT tem um financiamento contratado com o BNDES, que foi utilizado para o aporte de capital em sua subsidiária Baguari Energia S.A., para a construção da UHE Baguari, com uma cláusula financeira restritiva que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, o qual, se não observado, obriga a CEMIG a providenciar, em até seis meses contados do fim do exercício social em que o índice de capitalização mínimo não fora obtido, a constituição de garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, ou a apresentação de balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários, que indique o retorno do índice de capitalização mínimo. Não houve, ao final de 2014, descumprimento desta cláusula.

A Cemig GT possui ainda, um contrato de financiamento com o banco de desenvolvimento alemão KfW, utilizado para a construção da usina solar instalada na cobertura do estádio de futebol Mineirão. Este contrato não possui cláusula restritiva exclusiva, contudo faz referência aos covenants financeiros pactuados com qualquer outro credor da Empresa. Como o covenant financeiro do contrato celebrado com o BNDES não se aplica ao contrato celebrado com o KfW, por fazer referência ao indicador da CEMIG, o contrato de financiamento do Banco KfW, atualmente, não impõe qualquer restrição à Cemig GT.

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela Companhia pode requerer a autorização prévia do BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

**g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A Companhia não tem limites de financiamento contratados.

**(h) a alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.



**Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

ATIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2014	AV %	2013	AV %	AH %
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	290.549	2,35	1.107.174	10,57	(73,76)
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	600.754	4,85	531.993	5,08	12,93
Consumidores e Revendedores	649.571	5,25	673.833	6,43	(3,60)
Concessionários - Transporte de Energia	37.655	0,30	29.303	0,28	28,50
Ativo Financeiro da Concessão	4.582	0,04	2.254	0,02	103,28
Tributos Compensáveis	59.877	0,48	183.549	1,75	(67,38)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	109.499	0,88	67.886	0,65	61,30
Revendedores - Transações com Energia Livre	-	-	42.617	0,41	-
Dividendos a Receber	23.749	0,19	9.985	0,10	137,85
Estoques	5.596	0,05	5.574	0,05	0,39
Outros Créditos	75.143	0,61	59.434	0,57	26,43
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>1.856.975</b>	<b>15,00</b>	<b>2.713.602</b>	<b>25,91</b>	<b>(31,57)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	10.283	0,08	49.613	0,47	(79,27)
Tributos Compensáveis	41.055	0,33	40.152	0,38	2,25
Depósitos Vinculados a Litígios	174.266	1,41	159.673	1,52	9,14
Transações com Partes Relacionadas	2.345	0,02	15.849	0,15	(85,20)
Outros Créditos	85.641	0,69	8.980	0,09	853,69
Ativo Financeiro da Concessão	1.268.404	10,25	776.881	7,42	63,27
Investimentos	4.039.033	32,63	1.519.321	14,50	165,84
Imobilizado	4.849.638	39,18	5.137.692	49,05	(5,61)
Intangíveis	50.396	0,41	53.276	0,51	(5,41)
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>10.521.061</b>	<b>85,00</b>	<b>7.761.437</b>	<b>74,09</b>	<b>35,56</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>12.378.036</b>	<b>100,00</b>	<b>10.475.039</b>	<b>100,00</b>	<b>18,17</b>

PASSIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2014	AV %	2013	AV %	AH %
Empréstimos e Financiamentos	2.210.604	17,86	455.244	4,35	385,59
Debêntures	665.925	5,38	630.720	6,02	5,58
Fornecedores	309.010	2,50	214.240	2,05	44,24
Impostos, Taxas e Contribuições	84.237	0,68	84.552	0,81	(0,37)
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	-	-	905.687	8,65	-
Salários e Encargos Sociais	44.263	0,36	42.668	0,41	3,74
Encargos Regulatórios	45.727	0,37	25.177	0,24	81,62
Participações nos Lucros	24.881	0,20	32.049	0,31	(22,37)
Transações com Partes Relacionadas	285	0,00	29.968	0,29	(99,05)
Obrigações Pós-Emprego	34.615	0,28	31.295	0,30	10,61
Concessões a Pagar	21.025	0,17	19.534	0,19	7,63
Outras Obrigações	30.814	0,25	49.605	0,47	(37,88)
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>3.471.386</b>	<b>28,04</b>	<b>2.520.739</b>	<b>24,06</b>	<b>37,71</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e Financiamentos	754.250	6,09	1.019.832	9,74	(26,04)
Debêntures	3.405.921	27,52	1.987.010	18,97	71,41
Provisões	92.744	0,75	56.624	0,54	63,79
Obrigações Pós-Emprego	546.983	4,42	523.948	5,00	4,40
Impostos, Taxas e Contribuições	101.233	0,82	101.233	0,97	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	285.727	2,31	226.768	2,16	26,00
Encargos Regulatórios	53.827	0,43	77.262	0,74	(30,33)
Concessões a Pagar	149.855	1,21	145.490	1,39	3,00
Outras Obrigações	29.500	0,24	1.116	0,01	2.543,37
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.420.040</b>	<b>43,79</b>	<b>4.139.283</b>	<b>39,52</b>	<b>30,94</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>8.891.426</b>	<b>71,83</b>	<b>6.660.022</b>	<b>63,58</b>	<b>33,50</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social	1.700.000	13,73	893.192	8,53	90,33
Reservas de Lucros	1.309.293	10,58	2.384.711	22,77	(45,10)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	477.317	3,86	537.114	5,13	(11,13)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.486.610</b>	<b>28,17</b>	<b>3.815.017</b>	<b>36,42</b>	<b>(8,61)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.378.036</b>	<b>100,00</b>	<b>10.475.039</b>	<b>100,00</b>	<b>18,17</b>

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2014 em comparação a 2013 são como segue:

- Redução de R\$816 milhões no Caixa e Disponibilidades de Caixa da Companhia, uma variação negativa de 74%, em função da aplicação dos recursos no Programa de Investimentos da Companhia em 2014.
- Aumento de R\$491 milhões nos ativos financeiros da concessão em função do envio pela Aneel do Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia referente a indenização dos ativos de transmissão em função da adesão a Lei 12.783/13, que

correspondeu ao valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 de R\$1.239 milhões, gerando uma receita de atualização do ativo de R\$357 milhões.

- Aumento de R\$2.520 milhões no saldo de Investimentos em função da aquisição de participação na Renova, no valor de R\$1.550 milhões, aquisição de participação na SAAG Investimentos S.A de R\$ 697 milhões e aporte na Madeira Energia de R\$428 milhões. Maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.
- Aumento de R\$2.944 milhões no endividamento da Companhia, 71,92% de variação, em função da maior necessidade de recursos em 2014 para cumprir com as obrigações de compra de energia e novos investimentos. O endividamento de curto prazo aumentou R\$1.791 milhões, em função, principalmente, da captação de recursos através de nota promissória em 2014, no montante de R\$1.400 milhões, com vencimento previsto para junho de 2015.
- Aumento do Capital Social de R\$807 milhões em 2014 utilizando-se do saldo da Reserva de Lucros.

## **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

**Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

## A

R\$ milhões	Consolidado				
	2014	AV %	2013	AV %	AH %
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>7.715</b>	<b>100,00</b>	<b>5.230</b>	<b>100,00</b>	<b>47,51</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Pessoal (a)	(304)	(3,94)	(315)	(6,02)	(3,49)
Participação dos Empregados no Resultado	(55)	(0,71)	(59)	(1,13)	(6,78)
Obrigações Pós-Emprego	(48)	(0,62)	(40)	(0,76)	20,00
Materiais	(16)	(0,21)	(12)	(0,23)	33,33
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(282)	(3,66)	(56)	(1,07)	403,57
Serviços de Terceiros (b)	(172)	(2,23)	(167)	(3,19)	2,99
Depreciação e Amortização	(297)	(3,85)	(343)	(6,56)	(13,41)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(123)	(1,59)	(126)	(2,41)	(2,38)
Provisões	(84)	(1,09)	(55)	(1,05)	52,73
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(273)	(3,54)	(257)	(4,91)	6,23
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	(1.692)	(21,93)	(1.244)	(23,79)	36,01
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	(80)	(1,04)	(91)	(1,74)	(12,09)
Perdas na Alienação da TBE (e)	-	-	(94)	(1,80)	(100,00)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	(161)	(2,09)	(105)	(2,01)	53,33
	<b>(3.587)</b>	<b>(46,49)</b>	<b>(2.964)</b>	<b>(56,67)</b>	<b>21,02</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(389)	(5,04)	350	6,69	-
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>	<b>3.739</b>	<b>48,46</b>	<b>2.616</b>	<b>50,02</b>	<b>42,93</b>
Receitas Financeiras	145	1,88	303	5,79	(52,15)
Despesas Financeiras	(680)	(8,81)	(506)	(9,67)	34,39
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>3.204</b>	<b>41,53</b>	<b>2.413</b>	<b>46,14</b>	<b>32,78</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(1.056)	(13,69)	(673)	(12,87)	56,91
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(59)	(0,76)	71	1,36	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.089</b>	<b>27,08</b>	<b>1.811</b>	<b>34,63</b>	<b>15,35</b>

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

### Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2014, um lucro líquido de R\$2.089 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.811 milhões no exercício de 2013, um crescimento de 15,35%.

## Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2014	2013	Variação
	R\$ milhões	R\$ milhões	%
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	5.619	4.769	17,82
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	629	490	28,37
Receita de Construção	80	91	(12,09)
Receita de Indenização de Transmissão	420	21	1.900,00
Transações com energia na CCEE	2.281	967	135,88
Outras receitas operacionais	26	22	18,18
Impostos incidentes sobre as receitas	(1.340)	(1.130)	18,58
	<b>7.715</b>	<b>5.230</b>	<b>47,51</b>

### *Fornecimento Bruto de Energia Elétrica*

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$ milhões		Preço Médio – R\$/MWh	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Industrial	21.026.305	18.496.520	3.229	2.621	153,57	141,70
Comercial	323.367	300.801	74	64	228,84	212,77
Fornecimento Não Faturado, Líquido	-	-	91	(4)	-	-
	<b>21.349.672</b>	<b>18.797.321</b>	<b>3.394</b>	<b>2.681</b>	<b>158,97</b>	<b>142,63</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	14.173.916	16.481.464	2.167	2.070	152,89	125,60
Suprimento Não Faturado, Líquido	-	-	58	17	-	-
	<b>35.523.588</b>	<b>35.278.785</b>	<b>5.619</b>	<b>4.769</b>	<b>158,18</b>	<b>135,18</b>

(\*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.619 milhões em 2014 em comparação a R\$4.769 milhões em 2013, representando um aumento de 17,82% decorrente, principalmente, do aumento de 17,01% no preço médio praticado.

Deve ser destacado que a maior contribuição para esse crescimento no preço médio ocorreu no suprimento a outras concessionárias, variação de 21,73%, em função, basicamente, do maior preço da energia em 2014, considerando o baixo nível dos reservatórios no período.

### *Receita de Transmissão*

A receita de transmissão foi de R\$629 milhões em 2014 comparados a R\$490 milhões em 2013, aumento de 28,37% e é composta por:

- Receita de Concessão de Transmissão representada pela Receita Anual Permitida – RAP, no montante de R\$298 milhões em 2014 e R\$241 milhões em 2013, devido a novos investimentos no período e atualização pela inflação da receita anterior;
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, no montante de R\$331 milhões em 2014 comparados com R\$249 milhões no mesmo período de 2013, representando uma variação de 32,93% decorrente do maior volume de demanda de energia em função da incorporação de novos contratos.

### *Receita de Indenização da Transmissão*

**A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2014, uma Receita de Indenização de R\$420 milhões em comparação a R\$21 milhões em 2013. Este aumento deve-se, principalmente, ao reconhecimento da receita de R\$357 milhões em virtude da indenização prevista para os ativos de transmissão, considerando a adesão a Lei 12.973/13. Mais informações vide Nota Explicativa nº 12.**

### *Receita com Transações com energia na CCEE*

**A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$2.281 milhões em 2014 comparados a R\$967 milhões em 2013, um aumento de 135,88%. Esta variação decorre basicamente da alta de 161,88% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$688,89/MWh em 2014 e R\$263,06/MWh em 2013).**

### *Impostos e encargos incidentes sobre a receita*

**Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.341 milhões em 2014 comparados a R\$1.130 milhões em 2013, registrando um crescimento de 18,67%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.**

### *Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)*

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$3.588 milhões em 2014 em comparação com R\$2.964 milhões em 2013, representando um aumento de 21,05%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

#### **Energia Elétrica Comprada para Revenda**

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.692 milhões em 2014 comparados a R\$1.244 milhões em 2013, representando um aumento de 36,01%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 27,77% no volume de energia comprada em 2014 (10.313.226 MWh) comparado com 2013 (8.071.951 MWh), em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior preço da energia em 2014 em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

#### **Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia**

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$282 milhões em 2014 comparados a R\$56 milhões em 2013, aumento de 403,57%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2014, de maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, acionada com maior intensidade neste ano em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

#### **Perdas na Alienação da TBE**

Em 2013, a Companhia apresentou despesa com perdas na alienação da TBE no valor de R\$94 milhões. Este valor corresponde à baixa do investimento no grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT para a TAESA.

#### **Provisões Operacionais**

As provisões foram de R\$84 milhões em 2014 comparados a R\$55 milhões em 2013, aumento de 52,73%. Esta variação decorre principalmente da maior provisão em 2014 para contingências trabalhistas em função de discussão judicial relacionada ao Acordo Coletivo da Companhia. Vide mais informações sobre a composição das provisões na Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

#### **Demais itens de custos e despesas operacionais**

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$1.529 em 2014 comparado ao valor de R\$1.516 em 2013, representando um aumento de 0,86%.

### *Receitas (Despesas) Financeiras*

**O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$534 milhões em 2014 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$203 milhões em 2013, um crescimento de 163,05%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:**

- Receita com variação monetária: R\$13 milhões em 2014, comparados a R\$97 milhões em 2013, uma redução de 86,60%, decorrente, principalmente, do reconhecimento de R\$97 milhões em 2013 de atualização financeira de ganho obtido em processo judicial que discutia a ilegalidade da incidência de PASEP/COFINS sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais;
- PASEP e COFINS sobre receitas financeiras: em 2013, foi apurada uma receita de R\$61 milhões de tributos sobre as receitas financeiras decorrentes dos impactos de êxito obtido em processo judicial que discutia a incidência de PASEP/COFINS sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$494 milhões em 2014, comparados a R\$317 milhões em 2013, um crescimento de 55,84%, decorrente, principalmente, do maior volume de recursos captados em 2014 com indexação ao CDI e a maior variação do indexador no ano (10,81% em 2014 e 8,05% em 2013), aliada a um maior volume de recursos captados em 2014;

**Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.**

### *Imposto de Renda e Contribuição Social*

**A Companhia apurou em 2014 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.115 milhões em relação ao Resultado de R\$3.204 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 34,80% de alíquota efetiva. Em 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$602 milhões em relação ao Resultado de R\$2.413 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 24,94% de alíquota efetiva.**

**O aumento na alíquota efetiva em 2014 decorre da maior contribuição em 2013 do resultado de equivalência patrimonial, onde não existe incidência de tributação, para a formação do resultado, o que contribuiu para a redução da alíquota efetiva do ano anterior.**

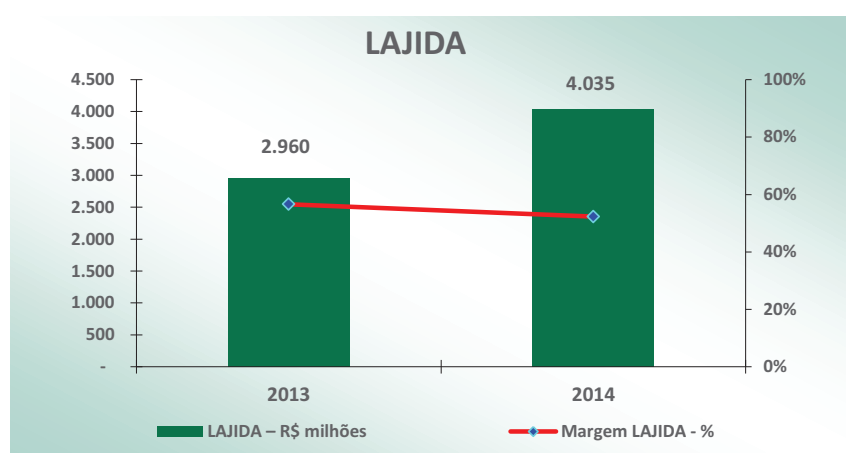
**Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10b das Demonstrações Financeiras.**

**Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA**



**O LAJIDA da Companhia apresentou crescimento de 36,32% em 2014 na comparação com 2013, conforme segue:**

LAJIDA - R\$ milhões	2014	2013	Var %
Resultado do Período	2.089	1.811	15,35
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	1.115	603	84,91
+ Resultado Financeiro Líquido	534	203	163,05
+ Amortização e Depreciação	297	343	(13,41)
<b>= LAJIDA</b>	<b>4.035</b>	<b>2.960</b>	<b>36,32</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

**O crescimento do LAJIDA em 2014, em comparação com 2013 deve-se, principalmente, ao crescimento de 47,51% verificado na receita líquida, parcialmente compensado pelo aumento de 25,52% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). A margem do LAJIDA passou de 56,60% para 52,31%.**

## **10.2 – Resultado Operacional e Financeiro**

### **a. Resultados das operações do emissor, em especial:**

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As principais informações sobre o item estão descritas na seção 10.1

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As principais informações sobre o item estão descritas na seção 10.1

### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As principais informações sobre o item estão descritas na seção 10.1

### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

As principais informações sobre o item estão descritas na seção 10.1

### **10.3 – Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:**

#### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2014, 2013 e 2011.

#### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

**Em 2014 a Companhia realizou as seguintes aquisições de participações societárias, com a descrição em milhares de Reais:**

*Aumento de participação na usina de Santo Antônio mediante aquisição de participação indireta via Fundo de Investimento em Participações Melbourne (“FIP Melbourne”)*

No dia 06 de junho de 2014 foram alienadas, pela Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”), ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas (“Operação”), correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”), para o FIP Melbourne, administrado pelo Banco Modal, do qual a Cemig GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações (“Fundos”) e sociedade de propósito específico (“SPE” e, em conjunto com os Fundos, “Estrutura de Investimento”).

A Cemig GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% capital social votante da SPE, preservando a natureza privada da Estrutura de Investimento.

A SAAG detém 12,4% do capital social total da MESA.

Com a conclusão da operação a Cemig GT passou a deter uma participação indireta de 7,87% na MESA.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo como base a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data de aquisição até a data de encerramento da concessão, em junho de 2043.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na usina de Santo Antônio, através do FIP Melbourne, classificados no balanço patrimonial como investimento com influência significativa:

	<b>Valores justos das participações adquiridas (7,87%)</b>
Investimentos	1.099.450
Intangível	258.683
Imposto de Renda Diferido	(87.952)

Na data da aquisição, o valor justo dos ativos líquidos, proporcional a participação adquirida era de R\$527.055, sendo a diferença em relação ao valor da contraprestação transferida, no valor de R\$170.741, identificada e alocada como um direito intangível de exploração da atividade regulada..

Adicionalmente ao valor pago de R\$697.796 para compra de 7,87% da MESA, a Cemig GT realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na Estrutura de Investimento, no montante de R\$81.000, no quarto trimestre de 2014.

### **Entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova**

A Cemig GT celebrou, em 2013, Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”). O Acordo de Investimento teve como objetivo regular a entrada da Cemig GT, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização de novas ações ordinárias da Renova.

Constou ainda do Acordo de Investimento a estruturação da Chipley, com participação da Cemig GT e do Grupo Renova, para efetuar a aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), firmado com a Petrobras, em 14 de junho 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações ordinárias da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (“*tag along*”). Ao todo foram adquiridas 51% das ações ordinárias da Brasil PCH.

A aquisição da Brasil PCH foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943. O aporte de recursos na Chipley para a conclusão da operação foi viabilizado através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado integralmente pela Cemig GT.

Conforme previsto no Acordo de Investimentos, a integralização de ações da Renova foi realizada mediante a cessão integral à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela Cemig GT na Chipley, conforme mencionado no parágrafo anterior.

O Conselho de Administração da Renova aprovou em 20 de fevereiro de 2014 a atualização do aumento de capital da Renova, constante no Acordo de Investimento, pela correção do CDI desde 31/12/2012 até 20/02/2014, resultando em R\$1.550.071 equivalentes a R\$0,0177789 por ação.

A Cemig GT realizou ainda, em 31 de março de 2014, um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Renova, no valor de R\$810.128.

Dessa forma, a obrigação de investimento na Renova no valor de R\$1.414.733, valores em 31 de dezembro de 2012, foi atendida pelo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

realizado na Renova em 31 de março de 2014, no valor de R\$810.128, e através da cessão pela Cemig GT à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Chipley, no valor de R\$739.943.

Estes recursos, no montante de R\$1.550.071, foram integralizados em 29 de setembro de 2014, quando foi celebrado novo Acordo de Acionistas no qual Cemig GT, RR e Light Energia passam a fazer parte do bloco de controle da Renova.

Em 27 de outubro de 2014, decorridos os prazos legais para o exercício do direito de preferência e da subscrição de sobras dos demais acionistas da Renova, o Conselho de Administração da Renova homologou o aumento de seu Capital Social por meio da emissão de 87.196.901 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,0177789 por ação, totalizando uma capitalização de R\$1.550.265, das quais 87.186.035 ações ordinárias pertencentes à Cemig GT, no valor total de R\$1.550.071.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Renova:

	Valores justos das participações adquiridas (27,37%)
<b>Ativo</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	56.124
Contas a receber	10.478
Outros Ativos	94.239
Investimentos	204.579
Ativo Imobilizado	1.026.968
Ativo intangível	1.295.222
<b>Passivo</b>	
Passivo circulante e não circulante	(697.164)
Impostos diferidos	(440.375)
<b>Total dos ativos líquidos</b>	<b>1.550.071</b>
AFAC Chipley para aquisição das ações da Brasil PCH	739.943
AFAC Renova	810.128

Após a homologação do referido aumento de capital, a participação da CEMIG GT na Renova passou a ser de 27,37% do capital social total e 36,62% do capital social votante, conforme quadro a seguir:

RENOVA ENERGIA	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL TOTAL
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Bloco de controle	188.309.629	79,10	-	-	188.309.629	59,12
RR Participações	50.561.797	21,24	-	-	50.561.797	15,87
Light Energia	50.561.797	21,24	-	-	50.561.797	15,87
CEMIG GT	87.186.035	36,62	-	-	87.186.035	27,38
Outros Acionistas	49.786.482	20,90	80.408.816	100,00	130.195.298	40,88
RR Participações	9.560.093	4,02	-	-	9.560.093	3,00
BNDESPAR	9.311.425	3,91	18.622.850	23,16	27.934.275	8,77
InfraBrasil	11.651.467	4,89	23.302.933	28,98	34.954.400	10,97
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,30	10.940.586	13,61	16.410.879	5,15
Outros	13.793.204	5,78	27.542.447	34,25	41.335.651	12,99
<b>Total</b>	<b>238.096.111</b>	<b>100,00</b>	<b>80.408.816</b>	<b>100,00</b>	<b>318.504.927</b>	<b>100,00</b>

#### Aquisição de participação na Retiro Baixo Energética (“RBE”)

A Cemig GT concluiu, em 5 de setembro de 2014, a aquisição de 49,90% de participação no capital total da Retiro Baixo Energética S.A (“RBE”). A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no baixo curso do rio Paraopeba (MG), que possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios. O valor da consideração transferida relativa à participação indireta adquirida correspondeu a R\$150.837.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data da aquisição de outubro de 2014 até dezembro de 2041, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Retiro Baixo Energética S.A.:

	Valores justos das participações adquiridas (49,90%)
<b>Ativo</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	2.323
Contas a receber	3.419
Títulos e Valores Mobiliários	3.553
Ativo Imobilizado	192.726
Ativo Intangível	48.760
<b>Passivo</b>	
Passivo circulante e não circulante	(83.365)
Impostos diferidos	(16.579)
<b>Total dos ativos líquidos</b>	<b>150.837</b>

Na data da aquisição o valor justo dos ativos, proporcional à participação adquirida era de R\$118.656, sendo a diferença em relação ao valor justo da contraprestação transferida, no valor de R\$32.181, identificada e alocada como um direito intangível de exploração da atividade regulada.

#### **10.4 - Os diretores devem comentar:**

##### **a. mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Não ocorreu alteração significativa nas práticas contábeis em 2014.

##### **b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não ocorreu alteração significativa nas práticas contábeis em 2014.

##### **c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2014, somente a ênfase descrita abaixo:

##### *Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão*

*Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e 14 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará (“UHE Jaguará”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguará e UHE São Simão, respectivamente. A referidas liminares asseguram que a Companhia permanecerá no controle da UHE Jaguará e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedido, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. Com base nos termos das liminares anteriormente mencionadas, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará, e passará, a partir de janeiro de 2015, a registrar as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE São Simão em suas demonstrações financeiras, considerando que permanece no controle das referidas usinas. As presentes decisões têm caráter preliminar não representando, ainda, as decisões do mérito das ações propostas que deverão ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.*

Deve ser mencionado que as ênfases mencionadas acima objetivam destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

## **10.6 - Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

### **a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem políticas e procedimentos que foram implementados para fornecer segurança razoável em relação: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com a autorização da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou distribuição de ativos materiais. Ressaltamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade de que estas atividades não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de eficácia dos controles internos sobre a divulgação dos relatórios financeiros para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar em razão de mudanças nas condições em que operam ou de não detectarem inconformidades com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A administração avaliou a eficácia dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2014, com base nos critérios estabelecidos no documento Internal Control Integrated Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO (2013), e concluiu que, em 31 de dezembro de 2014, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis era efetivo.

### **b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer de forma material a confiabilidade das demonstrações financeiras.



## 10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

### a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir, em milhares de Reais:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em Diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	2.876.529	1.019.226	1.338.838	829.050	126.712	846.345	7.036.700
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	14.681	15.562	16.495	17.485	18.534	98.167	180.924
Concessão Onerosa	21.025	16.103	14.350	12.783	11.390	95.229	170.880
Compra de Energia	2.720.771	2.389.386	2.916.368	3.015.725	2.748.613	43.338.162	57.129.025
Arrendamentos Operacionais	10.811	4.169	4.396	4.611	774	-	24.761
	<u>5.643.817</u>	<u>3.444.446</u>	<u>4.290.447</u>	<u>3.879.654</u>	<u>2.906.023</u>	<u>44.377.903</u>	<u>64.542.290</u>

### b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

**10.9 – Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia e empréstimos e financiamentos.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.8, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

**b. natureza e o propósito da operação**

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8 que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado e cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Os compromissos estão apresentados no item 10.8.

**10.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos**

Além dos investimentos realizados pela CEMIG GT, necessários para atender as exigências da ANEEL, melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.

Nos próximos 3 anos, a CEMIG GT, deverá investir cerca de **R\$ 1.015,0 milhões**, conforme demonstrado a seguir:

Valores em R\$ milhões

<b>Atividade</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Total</b>
<b>Programa Básico (1)</b>	<b>13,9,0</b>	<b>80,0</b>	<b>35,0</b>	<b>254,0</b>
Geração	69,0	49,0	25,0	143,0
Transmissão	70,0	31,0	10,0	111,0
<b>Aportes (2)</b>	<b>66,2,0</b>	<b>98,0</b>	<b>0,5</b>	<b>761,0</b>
<b>Total Geral (1) (2)</b>	<b>80,1,0</b>	<b>178,0</b>	<b>35,5</b>	<b>1.015,0</b>

(1) Valores estimados, arredondados, em moeda de junho/2014, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa Cemig GT. Tais investimentos incluem itens como: reformas físicas em ativos existentes; reforços e operação de sistemas elétricos; segurança de pessoas e instalações; meio ambiente; infraestrutura de apoio abrangendo instalações prediais, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, segurança patrimonial e industrial, telecomunicações, sistemas de informática, microinformática e veículos.

(2) A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG GT. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação.

(3) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das

empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.

(4) Os montantes planejados para os anos de 2015, 2016 e 2017 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).

## **ii. Fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas.

## **iii. Desinvestimentos relevantes**

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

### **b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

No ano de 2014, até a data de arquivamento deste Formulário de Referência, a Companhia realizou as seguintes aquisições relevantes, as quais devem influenciar materialmente sua capacidade produtiva:

### **c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

**10.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:**

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia nos exercícios sociais de 2014, 2013 e 2012 foram comentados e identificados nos itens anteriores.

**Anexo 7**

**12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:**

**Nome:** Samy Kopit Moscovitch

**Idade:** 53 anos

**Profissão:** Advogado

**CPF:** 432.564.816-04

**Data nascimento:** 09-01-1962

**Cargo eletivo:** Membro Suplente

**Data de eleição:** 30-04-2015

**Data da posse:** 30-04-2015

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

**12.8. Fornecer:**

**a. Mini-currículo, contendo:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. - Assessor de Diretoria. (abril/2010 a janeiro/2015)

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

Correspondente à CEMIG GT

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Thales de Souza Ramos Filho

**Idade:** 75 anos

**Profissão:** médico

**CPF:** 003.734.436-68

**Data nascimento:** 22-03-1940

**Cargo eletivo:** Membro Efetivo

**Data de eleição:** 30-04-2015

**Data da posse:** 30-04-2015

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, desde 2003; e, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2004.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:



Correspondente à CEMIG GT

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Salvador José Cardoso de Siqueira

**Idade:** 62

**Profissão:** Bancário e Economista

**CPF:** 302.074.607-87

**Data nascimento:** 06-08-1952

**Cargo eletivo:** Membro Suplente

**Data de eleição:** 30-04-2015

**Data da posse:** 30-04-2015

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Fornecer:**

**a. Mini-currículo, contendo:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Conselheiro de Administração do Brazilian American Merchant Bank – BAMB. - (de 01-11-2005 a 31-08-2008);

Diretor-Presidente do Brazilian American Merchant Bank – BAMB. - (de 01-11-2005 a 30-04-2011);

Presidente do Conselho Fiscal da BB Tur. - (de 01-08-2008 a 31-05-2011);

Presidente do Conselho Fiscal da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil. - (de 01-04-2011 a 30-04-2012);

Conselheiro de Administração do BB Ativo S.A. - (de 01-09-2008 a 30-04-2011);

Diretor-Presidente do BB Leasing Company. - (de 01-08-2008 a 30-04-2011);

Gerente Executivo do Banco do Brasil S.A. - (de 01-11-2005 a 30-04-2011);

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A.– (desde abril-2013).

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Gerente Executivo do Banco do Brasil S.A..

Correspondente à CEMIG GT

*Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A.– (desde abril-2013).*

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

Correspondente à CEMIG GT

**12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Rafael Pinto Queiroz Neto

**Idade:** 34 anos

**Profissão:** Contador

**CPF:** 012.372.526-79

**Data nascimento:** 09-03-1981

**Cargo eletivo:** Membro Suplente

**Data de eleição:** 30-04-2015

**Data da posse:** 30-04-2015

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Grupo Andrade Gutierrez S.A..

Coordenador Contábil – Coordenador contábil da Construtora Andrade Gutierrez S.A. e outras empresas do Grupo Andrade Gutierrez S.A.. – desde 07-08-2006.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

X não

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

X não

sim - Se sim, descrever:

Correspondente à CEMIG GT

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Marcus Eolo de Lamounier Bicalho

**Idade:** 73 anos

**Profissão:** economista

**CPF:** 001.909.696-87

**Data nascimento:** 16-09-1941

**Cargo eletivo:** Membro Suplente

**Data de eleição:** 30-04-2015

**Data da posse:** 30-04-2015

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Chefe de Gabinete da Secretaria de Transporte e Obras Públicas. - março/2007 a janeiro/2011.

Assessor da Presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, empresa pública voltada para o financiamento e fomento da economia do Estado de Minas Gerais. - desde abril/2011.

Membro do Conselho Fiscal da Cemig desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

Membro do Conselho Fiscal da Cemig desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

X não

Correspondente à CEMIG GT

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destas.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):



**12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Luiz Guaritá Neto

**Idade:** 59 anos

**Profissão:** engenheiro e empresário

**CPF:** 289.118.816-00

**Data nascimento:** 21-04-1955

**Cargo eletivo:** Membro Efetivo

**Data de eleição:** 30-04-2015

**Data da posse:** 30-04-2015

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Vice-presidente da Associação dos Municípios – ABM e Presidente da Associação Macrorregional dos Municípios do Sul do Triângulo Mineiro – AMTRIM.

Membro do Conselho Estadual de Habitação.

Presidente do Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba - CODAU.

Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

Membro do Conselho Administrativo do Shopping Center Uberaba, desde 2009.

Sócio Diretor da Construtora RCG Ltda., desde 2000.

Sócio Diretor da Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda., desde 1986.

Sócio Diretor da Guaritá e Guaritá Participações Ltda., desde 2006.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

Correspondente à CEMIG GT

Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

Correspondente à CEMIG GT

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

*X não*

*sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):*

**12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Lauro Sander

**Idade:** 62

**Profissão:** Bancário

**CPF:** 130.841.600-82

**Data nascimento:** 17-02-1953

**Cargo eletivo:** Membro Efetivo

**Data de eleição:** 30-04-2015

**Data da posse:** 30-04-2015

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Fornecer:**

**a. Mini-currículo, contendo:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC - (de 01-05-2009 a 30-04-2010);

Membro do Conselho de Administração da Bombril S.A. - (de 01-04-2010 a 30-04-2012)

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. - (desde abril/2013).

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC.

Membro do Conselho de Administração da Bombril S.A..

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A..

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

X não

Correspondente à CEMIG GT

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Bruno Gonçalves Siqueira

**Idade:** 29 anos

**Profissão:** Contabilista/Economista

**CPF:** 075.851.006-39

**Data nascimento:** 07-07-1985

**Cargo eletivo:** Membro Suplente

**Data de eleição:** 30-04-2015

**Data da posse:** 30-04-2015

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.

Analista Contábil das áreas de Controladoria e Contabilidade (09/2007 a 06/2010)

Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia e de controladas em BRGaap, IFRS e USGaap, implementação das novas regras brasileiras (CPC), responsável pela auditoria da Lei Sarbanes-Oxley, contato direto com a matriz para esclarecimento e detalhamento das informações financeiras, reporting, elaboração do orçamento anual, e atendimento as auditorias externa e interna.

Andrade Gutierrez Concessões S.A.

Analista de Controladoria (desde 06/2010)

Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia, implementação das novas regras brasileiras (CPC), atendimento as auditorias externa e interna, recolhimento e pagamento de tributos, elaboração das obrigações tributárias acessórias, controle do contas a pagar e contas a receber, preparação dos Formulário de Referência e Cadastral da Cia., e participação em elaboração de estruturas societárias para aquisição de novos investimentos da companhia.

Outras funções exercidas no Grupo Andrade Gutierrez:

Correspondente à CEMIG GT

*Membro do Conselho de Administração da Water Port S.A. Engenharia e Saneamento (desde 02/01/2013);*

*Membro suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A. (desde 11/04/2012);*

*Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. (desde 18/04/2012);*

*Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. (de 19/08/2011 até 11/04/2012).*

*Membro suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..*

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

*Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A.*

*Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A.*

*Membro suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..*

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

Correspondente à CEMIG GT

*não*

*sim* - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;**

*não*

*sim* - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

*não*

*sim* - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

*não*

*sim* - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):



**12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond

**Idade:** 70 anos

**Profissão:** Jornalista

**CPF:** 026.939.257-20

**Data nascimento:** 22-11-1944

**Cargo eletivo:** Membro Efetivo

**Data de eleição:** 30-04-2015

**Data da posse:** 30-04-2015

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Amazonas-CEAM, do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT e do Conselho Fiscal da Light S.A., desde 2006.

Titular da empresa Irad Assessoria e Consultoria Ltda., nas áreas da administração e da comunicação social, com ênfase para a coordenação de verbas de publicidade, promoção e marketing para grandes empresas, desde 1973.

Escreve nas revistas FOCO e Encontro e é colaborador do Jornal do Brasil (eletrônico), Jornal Diário do Comércio (SP), o Dia (RJ), Hoje em Dia (BH), Jornal do Comércio (Manaus), dentre outros.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Amazonas-CEAM, do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT e do Conselho Fiscal da Light S.A., desde 2006.

Correspondente à CEMIG GT

Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

Correspondente à CEMIG GT

*X não*

*sim* - *Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):*

**12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Ari Barcelos da Silva

**Idade:** 73 anos

**Profissão:** Administrador de Empresas

**CPF:** 006.124.137-72

**Data nascimento:** 03-03-1942

**Cargo eletivo:** Membro Suplente

**Data de eleição:** 30-04-2015

**Data da posse:** 30-04-2015

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Assessor do presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A., para assuntos de controle interno e auditoria. – desde março/2011.

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS

Maio de 1985 a Outubro de 1990

-Assistente da Diretoria Econômica-Financeira

-Presidente da Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social-ELETROS

Maio de 1974 a Abril de 1985

Chefe do Departamento de Contabilidade

Junho de 1966 a Abril de 1971

Adjunto do Contador Geral da empresa

Correspondente à CEMIG GT

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

Correspondente à CEMIG GT

- sim* - *Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):*

**12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Aliomar Silva Lima

**Idade:** 61 anos

**Profissão:** Economista

**CPF:** 131.654.456-72

**Data nascimento:** 07-10-1953

**Cargo eletivo:** Membro Suplente

**Data de eleição:** 30-04-2015

**Data da posse:** 30-04-2015

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG, da Cemig Telecomunicações S.A. - Cemig Telecom, e Redentor Energia S.A.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A.

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

Correspondente à CEMIG GT

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):